

## ANTIGA FÁBRICA DE CASIMIRAS ADAMASTOR

### INVENTÁRIO



AGOSTO/2017

## **Apresentação**

Parte significativa do presente trabalho é resultado do projeto de restauração deste imóvel (processo administrativo nº 496/2002), cuja obra tramitou no processo administrativo 8599/2002, destinado à implantação do Centro Municipal de Educação Adamastor.

A metodologia adotada foi apresentada e aprovada no/pelo Conselho de Patrimônio Histórico, Artístico e Ambiental de Guarulhos – CPHAA. O trabalho está estruturado da seguinte maneira:

**1. Breve histórico; 2. Envolvimento e contexto urbano; 3. Características gerais e estilo arquitetônico, materiais empregados e técnicas construtivas; 4. Levantamento métrico atual; 5. Alterações arquitetônicas ao longo do tempo; 6. Diagnóstico genérico do estado de conservação atual; 7. Diretrizes para futuras e possíveis intervenções.**

Importante destacar que o Conselho, enquanto órgão consultivo, deliberativo e fiscalizador dos patrimônios culturais do município, participou do processo na qualidade de mediador e apoiador da elaboração do inventário, cabendo ao poder público municipal sua execução.

Nesse sentido, destacamos a contribuição dos conselheiros do CPHAA durante todo processo de discussão e elaboração dos inventários. São eles: Araci Borges Dias Martins (presidente), Daniel Carlos de Campos (vice-presidente), Walter Rosa, Sonia Mara Simonetto, Rejane dos Santos Silva, Daiane Mendes de Lima, Luiz Gonzaga de Sar Filho, Odair da Cruz Paiva, Rosângela Maria Aparecida dos Santos, Rogério Menezes, Ellen Taís Santana, Tiago Cavalcante Guerra, Armando Colacciopo, Silvío Ribeiro, Rogeli de Oliveira, Carlos Roberto Martins da Cunha, Fábio Valdecíoli Cwejgorn e Ana Rosa Neves Metram.

Destacamos, também, a contribuição fundamental do historiador Elton Soares de Oliveira na elaboração dos aspectos históricos e demais apontamentos.

Toda a pesquisa apresentada fundamenta-se em estudos, identificados nas referências que acompanham este trabalho.

*Daniel Carlos de Campos*  
*Arquiteto*

## Sumário

1. Breve histórico .....	4
2. Contexto urbano e envoltório.....	6
3. Características gerais .....	8
4. Levantamento métrico atual.....	10
5. Alterações arquitetônicas ao longo do tempo.....	16
6. Estado de geral conservação .....	22
7. Diretrizes para futuras e possíveis intervenções .....	23
Referências .....	26

## 1. Breve histórico

Na área da antiga Fábrica de Casimiras Adamastor, hoje Centro Municipal de Educação Adamastor, figura 01, entre 1941 e 1946, foi explorada pela Cerâmica Brasil. Guarulhos se caracterizou como um grande produtor de tijolos, contando com centenas de olarias, muitas em regime de produção familiar.



Figura 01. Centro Municipal de Educação Adamastor atualmente. Fonte: acervo próprio.

Na cópia da escritura de compra e venda, de 15 de outubro de 1941, acervo do Arquivo Histórico de Guarulhos, consta a venda da gleba entre os antigos proprietários, Lydio Faustini de Santana e Anna Cardoso de Jesus para os representantes legais da Cerâmica Brasil Ltda. Carlos Piccioni e Humberto Ricci Canto:

Uma parte de gleba maior situada na 'Chácara das Palmeiras', no Bairro do Bom Jesus [hoje, Macedo], distrito e município de Guarulhos, comarca da Capital. 12a. Circunscrição medido a área ora vendida cinquenta e seis mil disentos e cinquenta e cinco metros quadrados com as seguintes características:

213 metros e 50 centímetros de frente para a avenida Nazareth [hoje, Monteiro Lobato] em Guarulhos, iniciando-se a frente 88 metros após o Ribeirão do Cubas, no sentido de quem vai de Guarulhos a Bomsucesso e terminado 35 metros e 70 centímetros antes de ser alcançada a capela do Bomsucesso [lê-se Capela do Bom Jesus]: confinando de um lado com eles vendedores n'um total de 389 metros; pelos fundos n'uma extensão de 147 metros e 30 centímetros com o rio Tietê: e a leste n'uma extensão curva de 230 metros e 35 centímetros.

Foi desmembrado, entretanto, um lote, da área total, entre os limites da propriedade do Adamastor e a capela de Bom Jesus, de 990 m<sup>2</sup>, que ficaram com os antigos proprietários, possível de ser visualizado nas edificações presentes nesses limites no mapa da figura 05.

De acordo com o memorialista Adolfo de Vasconcelos Noronha, as atividades de produção têxtil iniciaram-se em 28 de setembro de 1926, por Francisco dos Santos e Joaquim Pereira Fernandes. *Com a retirada dêste último, em 1931, foi constituída nova sociedade, a Mendes e Cia., que, em 1943, transformou-se na sociedade anônima de hoje [Casimiras Adamastor],* Noronha (1960). Entre 1926 e 1946, as atividades industriais não eram realizadas em Guarulhos, mas em sua sede na capital, sito na rua Taquari, 868, Mooca.

No anuário Commercial, Industrial, Profissional e Administrativo da Capital Federal e dos Estados Unidos do Brasil, de 1931, do Almanak Laemmert, consta a fábrica de tecelagem e lã, na rua Taquary, 110, de propriedade de Mendes & Fernandes, e na de 1935, Fábrica Casemira Adamastor, no mesmo endereço.

A partir de 1946, iniciam-se as atividades em Guarulhos.

As cópias das atas da Junta Comercial do Estado de São Paulo, acervo do Arquivo Histórico de Guarulhos, evidenciam que a razão social era "Fábrica de Casimiras Adamastor", passado, a partir de 05 de setembro de 1968, para "Adamastor S.A. Fiação e Tecelagem".

Ainda, segundo o Noronha (1960), de modo um tanto ufanista, afirmava: *alta classe dos fios aí produzidos [...] de acabamento perfeitíssimo, submetidos a pré-encolhimento em côres resistentes e uniformes, no alto padrão de qualidade que os tornou famosos e todo o país.*

A industrialização em Guarulhos seguiu um processo semelhante e praticamente concomitante com a Capital paulista. A implantação do ramal para Guarulhos da Tramway da Cantareira

promoveu a implantação das primeiras indústrias no município, potencializado, posteriormente, com a inauguração das rodovias Presidente Dutra e Fernão Dias.

A Fábrica de Casimiras Adamastor S/A foi implantada, em Guarulhos, no ano de 1946. O termo casimira significa, no Brasil, tecido de alta qualidade e é a popularização da palavra japonesa *Kasymiura* que, por sua vez, deriva dos finos tecidos produzidos por meio da lã de cabras originais da região da Caxemira (fronteira entre a Índia e o Paquistão).

O termo Adamastor, por sua vez, tem origem na mitologia greco-romana. Trata-se de um mítico gigante, um dos filhos de Terra, que se apaixona por Tétis, filha de Nereus e Dóris e mãe de Aquiles. Não correspondido, no entanto, Adamastor busca possuí-la à força, causando a ira de Zeus, que o transforma no Cabo das Tormentas, lançando-o aos confins do Atlântico. A figura do Adamastor foi popularizada pelo poema Luís Vaz de Camões em *Gigante Adamastor*, que se inspirou na obra de Homero, e como forma de demonstrar a superação, pelos portugueses, do “Mar Temoroso”, uma série de superstições medievais que atribuíam à dificuldade de transposição do oceano Atlântico pelo fato de existirem figuras monstruosas e abismos.

Segundo Oliveira (2012):

Quanto à origem do nome Adamastor [para a Fábrica Casimiras] é possível que tenha sido dado pelos primeiros donos da antiga tecelagem Adamastor, Francisco dos Santos e Joaquim Pereira Fernandes, cujos nomes e sobrenomes são de origem portuguesa. (OLIVEIRA, 2012).

De acordo com o Arquivo Histórico de Guarulhos, a Fábrica de Casimiras Adamastor se tornou famosa por sua linha fina e de qualidade, chegando ao apogeu de sua produção durante os anos de 1950 e 1960, com aproximadamente 400 funcionários. De acordo com Noronha (1960) neste ano contava com 800 funcionários e um faturamento anual de 350 milhões de cruzeiros. No processo administrativo nº 3154/1958, de posse do Arquivo Histórico, cujo objeto é o pedido de ampliação da Fábrica, na folha de título “Memorial Industrial”, constava, no ano de 1958, 80 teares em funcionamento, neste mesmo ano.

Com o início da desaceleração da produção na década de 1970, a antiga Fábrica de Casimiras Adamastor foi incorporada às Indústrias Paramount S.A., mudando sua razão social para Adamastor Fiação e Tecelagem. A Fábrica encerra suas atividades industriais na década de

1980, permanecendo a propriedade à Paramount Imobiliária que a aluga para diversos usos, dentre as quais, Estofados São Jorge, na década de 1980, e um kartódromo, na década de 1990. É justamente com esse uso que o processo de degradação se acentua, figura 02.



Figura 02. Foto do estado de abandono da Fábrica no início da década de 2000. Fonte: Arquivo Histórico de Guarulhos.

Em 1999, o poder público municipal mostra-se pela primeira vez interessado em sua desapropriação, com a abertura do processo administrativo nº7.487/99, cujo objeto foi: *Solicitação de informação sobre a possibilidade de desapropriação para fins de utilidade pública de imóvel a av. Monteiro Lobato, 690.*

No ano de 2000, a antiga Fábrica de Casimiras Adamastor é tombado, mediante o decreto municipal nº21.143/2000. No dia 11 de abril de 2001, é declarada de utilidade pública o imóvel, mediante o decreto municipal nº21.226/01. Em 2003, a prefeitura empreendeu sua restauração, com projeto do arquiteto Rui Ohtake, e em 18 de setembro do mesmo ano, é criado oficialmente o Centro Municipal de Educação Adamastor, mediante o decreto 22.284/03.





Figura 04. Mapa de 1956, evidenciando a Fábrica no vetor leste de expansão urbana, a partir do centro histórico. Fonte: (VASP, 1959).



1958  
Figura 05. Foto panorâmica. Fonte: (VASP, 1958).

Atualmente, a área de entorno da antiga Fábrica de Casimiras Adamastor caracteriza-se por usos, predominantemente, comercial, de serviços e residencial, conforme figura 06. A verticalização em Guarulhos, de modo geral, e na região do centro expandido, foi tardia. A área do entorno da antiga Fábrica de Casimiras Adamastor, portanto, apresenta edificações com diferentes gabaritos, destacando as torres de apartamentos de 10, 15 e 20 pavimentos, em um raio de um quarteirão, figura 07.

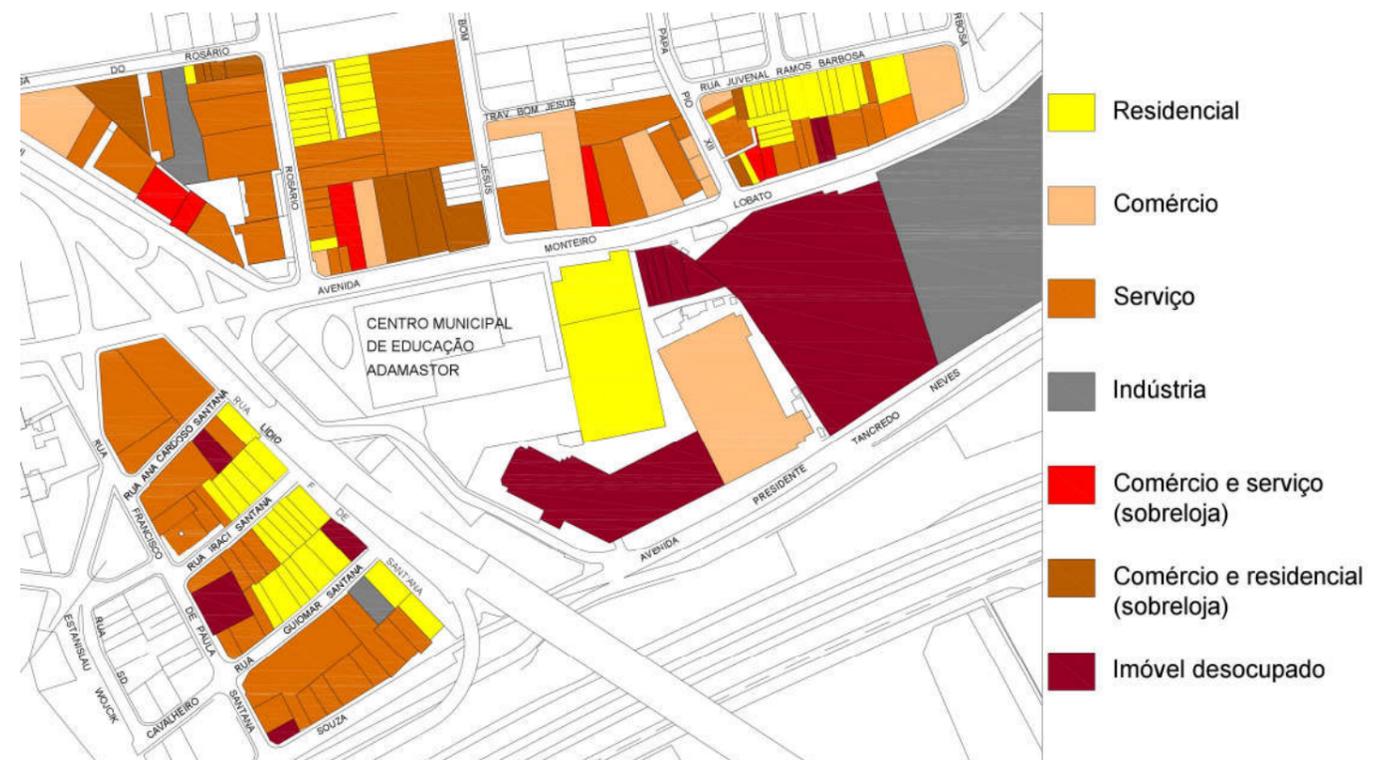


Figura 06. Mapa de uso e ocupação do solo.



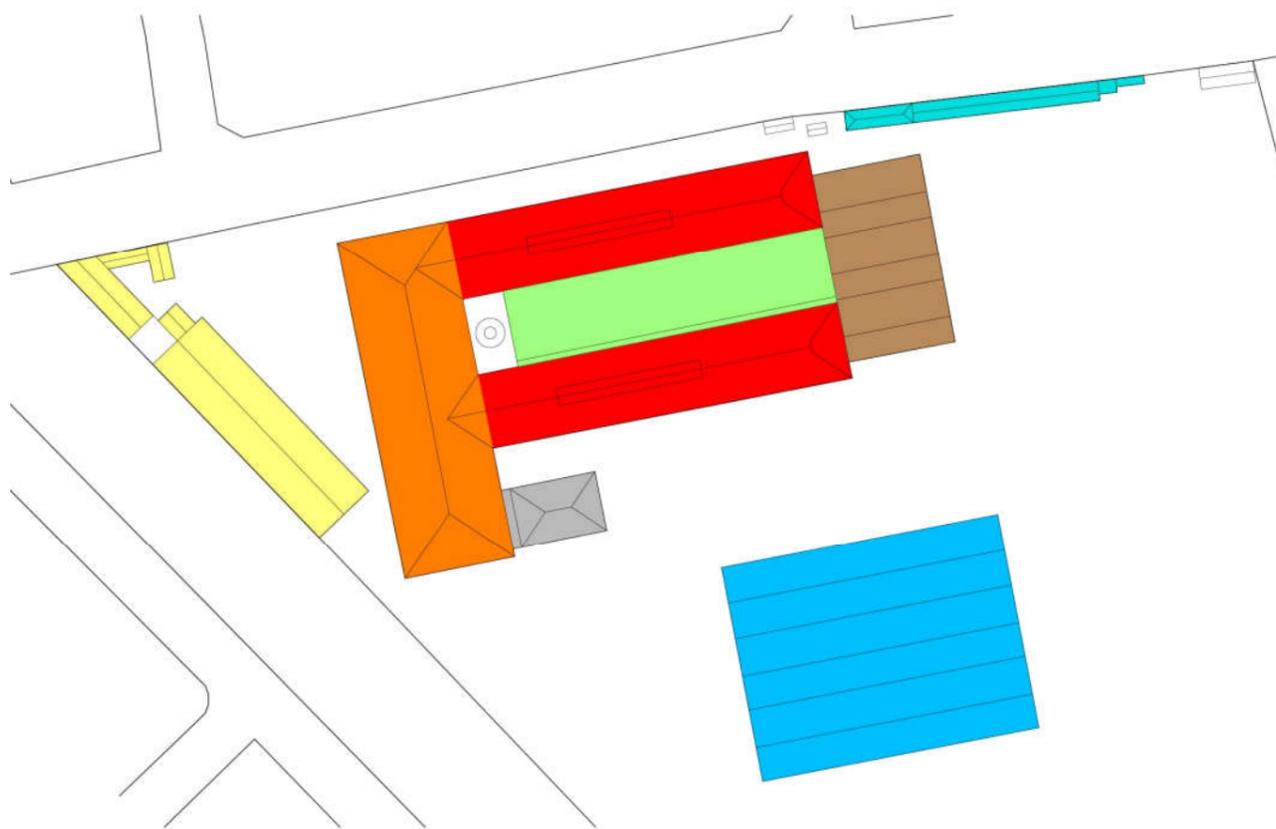


Figura 08. Implantação esquemática original da Fábrica, elaborado a partir do mapa de 1959 e de fotos da década de 1950.

Os galpões principais possuem telhados de quatro águas, com lanternim ocupando cerca de um terço da cumeeira. A área de circulação, entre eles, em verde na figura, possui telhado de duas águas tipo *shed*. O corpo perpendicular aos galpões principais, na porção oeste, em laranja, possui telhado de quatro águas, sem iluminação zenital, e o leste é configurado em três módulos de telhados de duas águas tipo *shed*. Por fim, no bloco, a pequena edificação possuía telhado de quatro águas. Todos os telhados desse bloco são/eram compostos de estrutura de madeira e telhas francesas.

A chaminé, principal testemunho do uso industrial original, possui 30 m de altura, base de 4,5 m de diâmetro e 3,1 m de diâmetro em seu topo.

Os galpões principais e o de circulação possuem modulações de pilares, compostos por tijolos maciços amarrados, formando uma seção quadrada de 0,6 m, figura 09. Nos demais corpos, as cargas do telhado são descarregadas nas paredes periféricas, todas de tijolos maciços.



Figura 09. Foto de 2003, a partir da circulação central, com telhado tipo *shed*, no qual é possível observar os dois galpões principais, à direita e à esquerda, e a sequência de pilares. Fonte: Arquivo Histórico de Guarulhos.

Além do bloco principal, possuía outros três blocos de edificações, um a oeste, paralelo a atual rua Lídio Francisco de Santana, amarelo na figura 08, outro ao norte, junto a avenida Monteiro Lobato, verde escuro, e o último, em azul. O bloco em amarelo possuía os vestiários, portaria, ambulatório, refeitório e depósito, e o verde escuro, oficina mecânica, almoxarifado, “casa de força” e a residência onde ficava o caseiro, conforme projeto de ampliação das instalações industrial, figura 10.

Um quarto bloco, em azul, foi construído, em 1958, e era destinado à tecelagem, engomaderia e sanitários, figura 10.

Quanto às envasaduras, são compostas de esquadrias metálicas, de perfil “T” de uma polegada, com básculas. O Centro Municipal de Educação Adamastor possui cinco conjuntos

de caixilhos basculantes originais, todos com 2,75 m de altura, variando na largura: 5,0, 3,2, 3,0, 2,5, e 2,4, dispostas na fachada da avenida Monteiro Lobato, na fachada oposta e esta, e no galpão perpendicular aos principais, paralelo a rua Lídio Francisco de Santana

#### 4. Levantamento métrico atual

O levantamento métrico ora apresentado é resultado do projeto de restauro, cuja autoria é do escritório Ruy Ohtake, em 2003, e que tramitou no processo administrativo nº496/2002. Portanto, são apresentados os elementos arquitetônicos originais e a ampliação realizada em 2003.

Trata-se de um projeto arquitetônico com enfoque na criação de elementos adicionais, e sua compatibilização com os usos aos quais se destinam, e consolidação dos elementos originais.

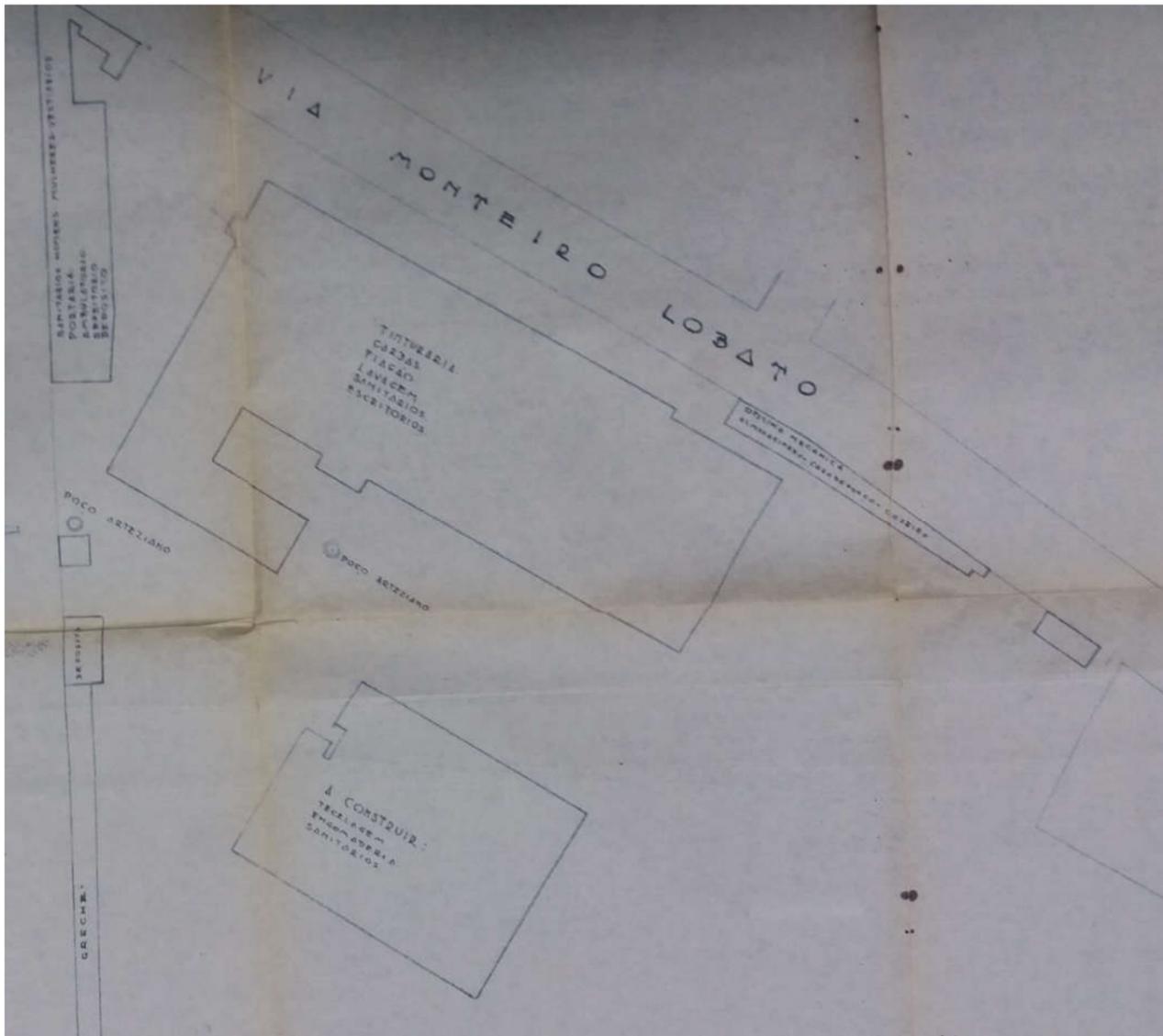
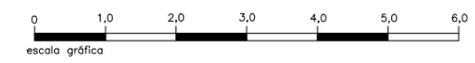
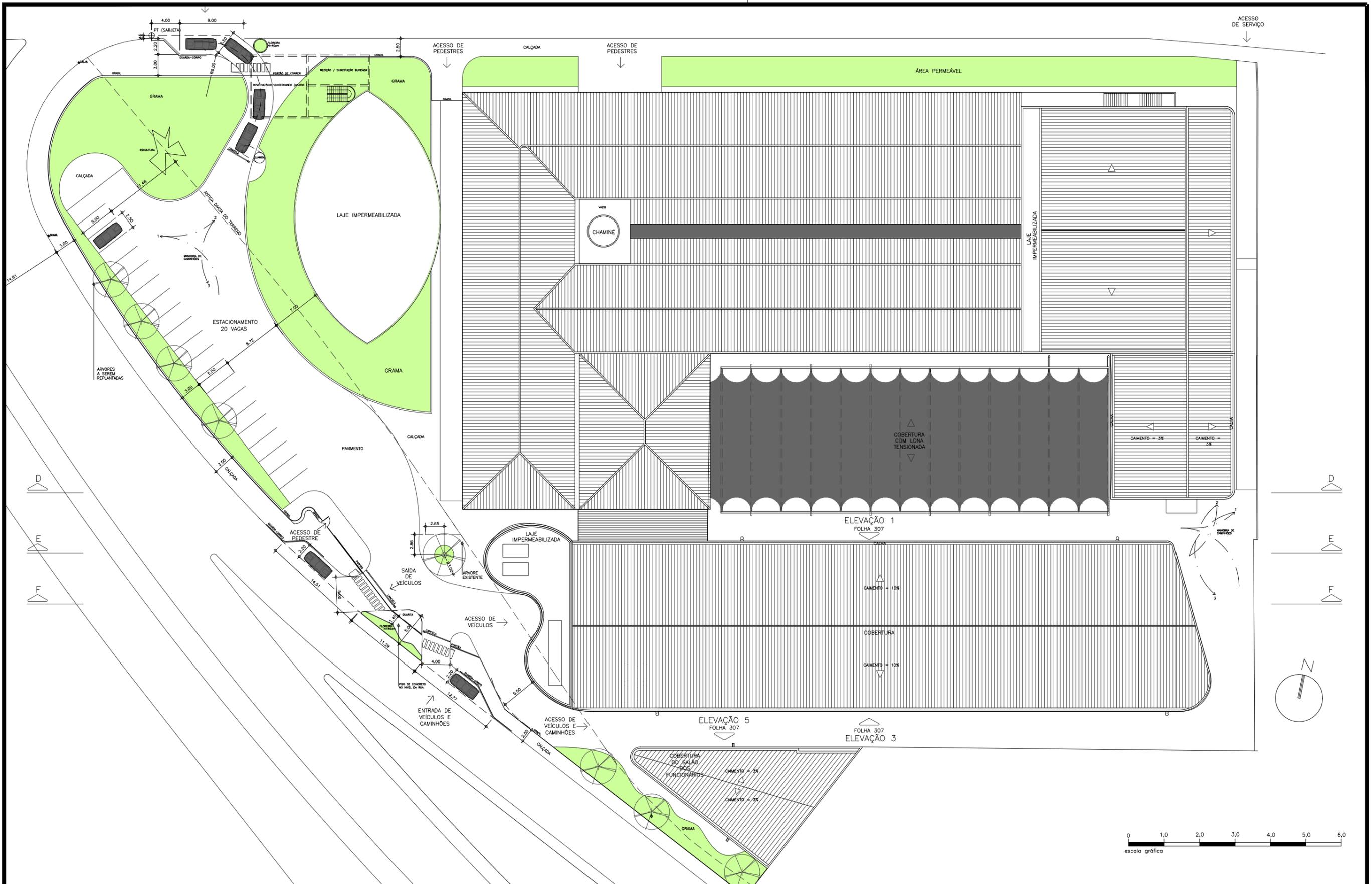
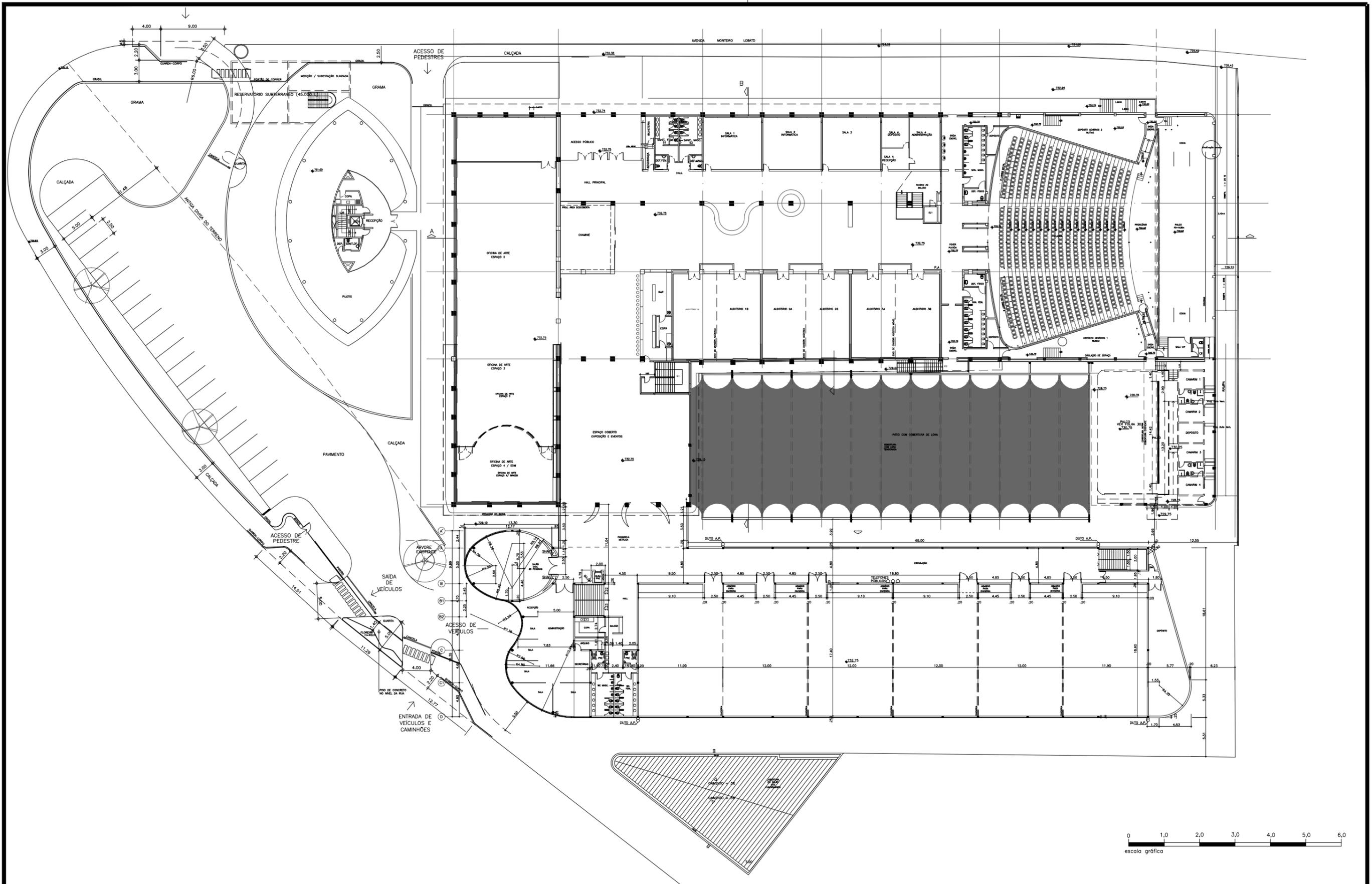


Figura 10. Foto de parte do projeto de ampliação da antiga Fábrica de Casemiras Adamastor. Fonte: Guarulhos (1958).



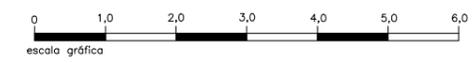
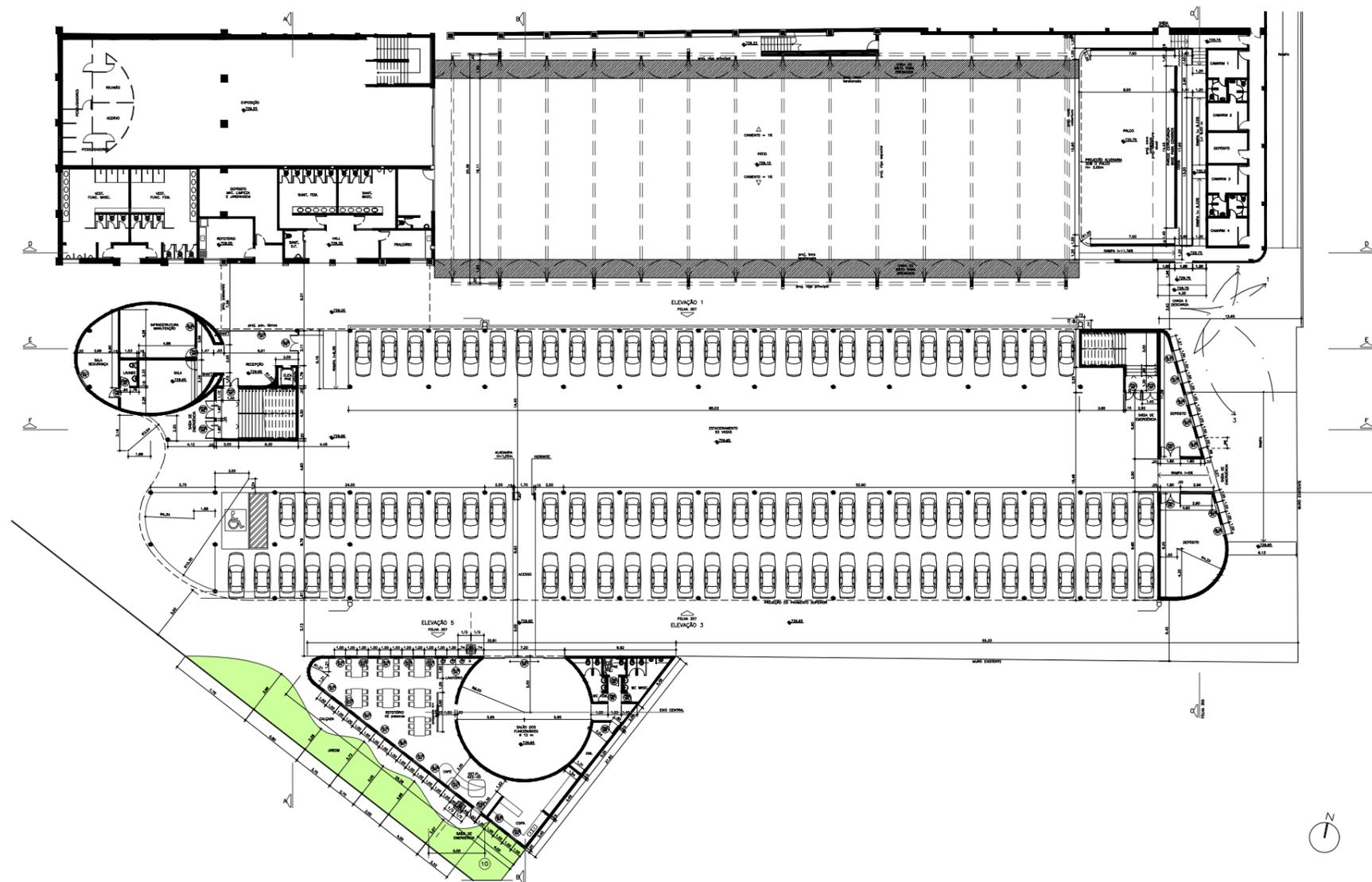
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS  
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
 DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO DE PRÓPRIOS DA EDUCAÇÃO

INVENTÁRIO DOS BENS TOMBADOS EM GUARULHOS – CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADAMASTOR			
ASSUNTO: Arquitetura	DESENHO: implantação	ESCALA: 1:500	FOLHA: 11
Coordenação: Arq. Daniel Carlos de Campos		Colaboração	DATA: Março-junho 2017



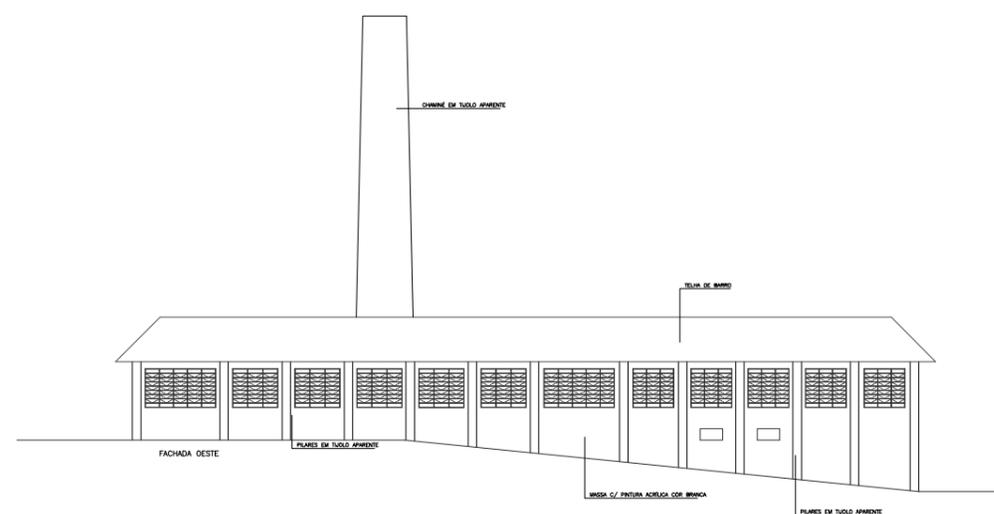
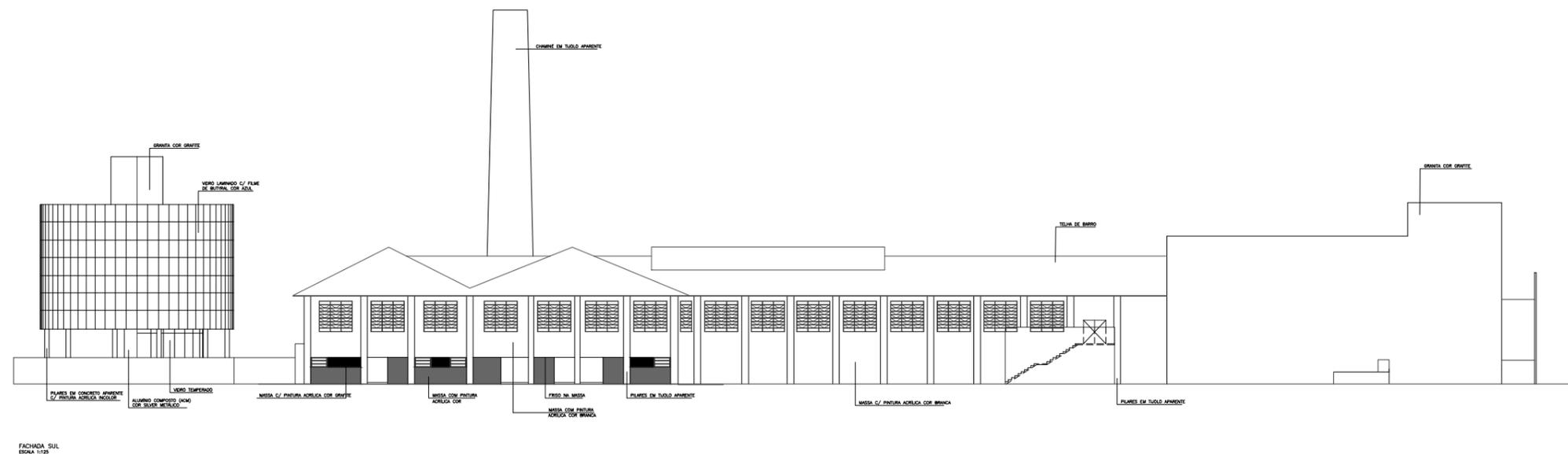
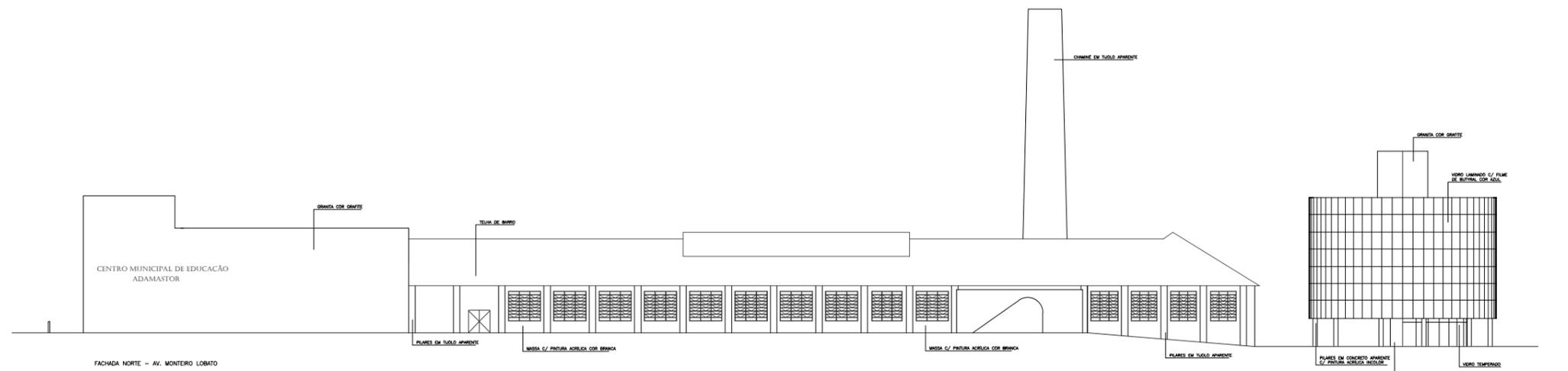
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS  
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
 DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO DE PRÓPRIOS DA EDUCAÇÃO

INVENTÁRIO DOS BENS TOMBADOS EM GUARULHOS – CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADAMASTOR			
ASSUNTO: Arquitetura	DESENHO: planta térreo	ESCALA: 1:500	FOLHA: 12
Coordenação: Arq. Daniel Carlos de Campos		Colaboração	DATA: Março-junho 2017



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS  
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
 DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO DE PRÓPRIOS DA EDUCAÇÃO

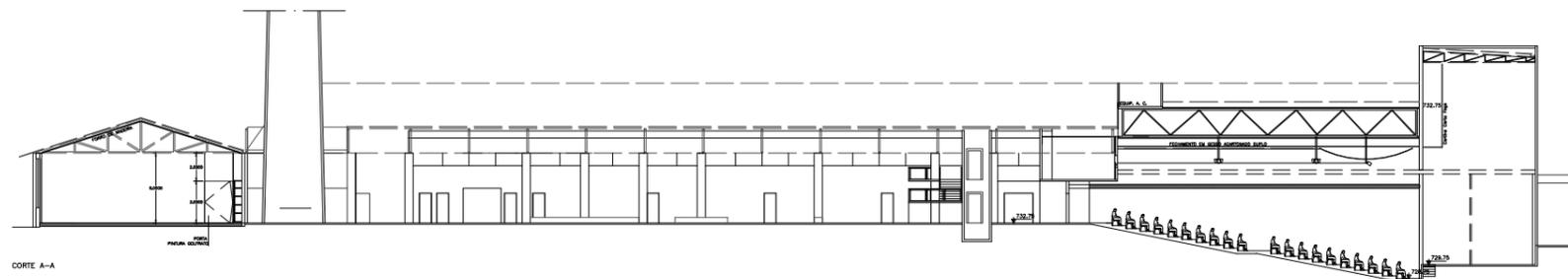
INVENTÁRIO DOS BENS TOMBADOS EM GUARULHOS – CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADAMASTOR			
ASSUNTO: Arquitetura	DESENHO: planta pavimento inferior	ESCALA: 1:500	FOLHA: 13
Coordenação: Arq. Daniel Carlos de Campos		Colaboração	DATA: Março-junho 2017



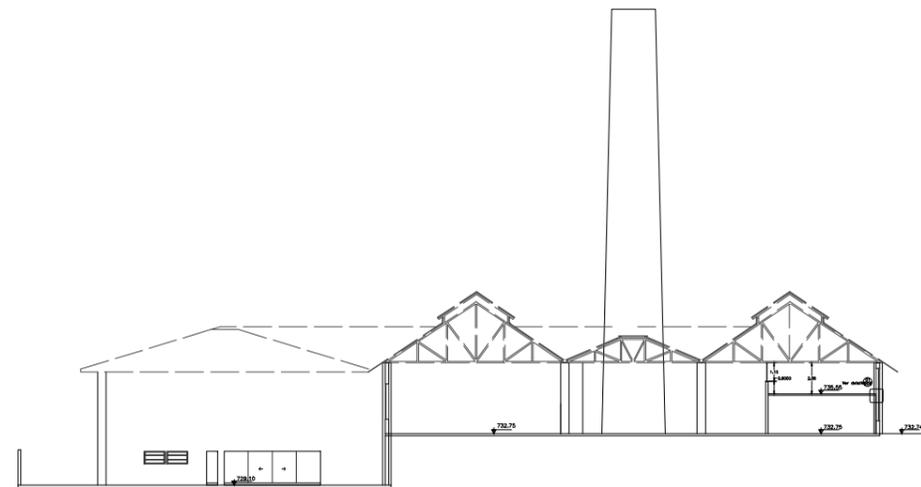
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS  
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
 DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO DE PRÓPRIOS DA EDUCAÇÃO

INVENTÁRIO DOS BENS TOMBADOS EM GUARULHOS – CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADAMASTOR

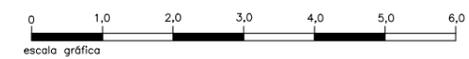
ASSUNTO: Arquitetura	DESENHO: fachadas	ESCALA: 1:500	FOLHA: 14
Coordenação: Arq. Daniel Carlos de Campos		Colaboração	DATA: Março-junho 2017



CORTE A-A



CORTE B-B



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS  
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
 DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO DE PRÓPRIOS DA EDUCAÇÃO

INVENTÁRIO DOS BENS TOMBADOS EM GUARULHOS – CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADAMASTOR

ASSUNTO: Arquitetura	DESENHO: cortes	ESCALA: 1:500	FOLHA: 15
Coordenação: Arq. Daniel Carlos de Campos		Colaboração	DATA: Março-junho 2017

## 5. Alterações arquitetônicas ao longo do tempo

A partir do início das atividades, o Adamastor passou por seis momentos de implantação/intervenção/ampliação arquitetônica: 1946, 1949, 1951, 1958, 2003 e 2010.

No ano da aquisição da propriedade pela indústria têxtil, foram providenciadas adaptações para suas atividades, solicitando, assim, generosas contribuições para o poder público:

A Fábrica de Casimiras “Adamastor” S/A., estabelecida em São Paulo com fábrica de tecidos de lã, tendo necessidade de montar uma nova indústria que se destina a completar a sua atividade, a indústria de fiação de lã, escolheu o próspero município de Guarulhos, tão acertadamente entregue a sua competência, para a instalação dessa nova indústria, aí adquirindo, à avenida Nazareth número 68 [atual Monteiro Lobato] um imóvel adequado aos seus fins. Um edifício existente nesse imóvel que pertenceu à Cerâmica Brasil S/A, está sendo reformado e adaptado aos novos fins a que se destina e para tanto serão necessários cerca de 400 metros cúbicos de cimento armado.

Tal necessidade nos impõe um consumo de cerca de 4.000 sacas de cimento; e é para absorver a dificuldade de obtenção desse material que tomamos a liberdade de nos dirigirmos a Vossa Excelência a fim de solicitarmos a sua valiosa interferência no sentido de nos ser facilitado o fornecimento dos mesmos, em parcelas de 200 sacas mensais (grifos nossos). (GUARULHOS, 1946).

Infelizmente, constam poucas páginas do processo 636/1946 no Arquivo Histórico, não sendo possível concluir se o pedido foi atendido pelo prefeito Dr. Heitor de Oliveira. Não foi encontrado o projeto de reforma e adaptação, mas uma descrição genérica, chamada de Memorial Descritivo, sem quantitativos:

Modo de construir

Alicerces: Serão em alvenaria de tijolos e argamassa hidráulica.

Paredes: serão em alvenaria de tijolos e argamassa de cal e areia e revestidas externa e internamente de camadas de reboco, sendo impermeabilizadas internamente até a altura de 2 metros no locais de Trabalho, sendo nos compartimentos sanitários de azulejos até a altura de 1,50 metros.

Cobertura: serão de telhas de barro tipo Marselha sobre armadura de peroba levando calhas e condutores de chapa de ferro galvanizado para águas pluviais.

Pisos: serão nos locais de trabalho ao redor da construção de cimento, sendo nos compartimentos sanitários de ladrilho cerâmico.

Esguadrias: as portas serão de cedro e pinho sendo os caixilhos de ferro batido, tipo bascula com 2/3 basculante e 1/5 de iluminação do piso. Será incluído também no total da área o serrote do telhado [caixilhos nos lanternins e nos sheds]. (GUARULHOS, 1946).

O Memorial Descritivo, embora não identifique a área a ser construída, evidencia a confecção e instalação de caixilhos para iluminação zenital, *serrote do telhado*, supondo-se, assim, que os dois galpões principais e sua galeria central, no bloco principal, assim como os galpões com *shed*, perpendicular a eles na extremidade leste, identificados nas cores: vermelho, verde claro e marrom, respectivamente, na figura 08, foram os corpos construídos em 1946, pois são os que possuem esses elementos de iluminação no telhado, no bloco principal, conforme pode ser observado na figura 11. Nessa perspectiva, resta concluir que o galpão oeste, identificado na cor laranja, na figura 08, é a edificação construída, entre 1941 e 1946, pela Cerâmica Brasil.



Figura 11. Foto panorâmica, de 1958, da antiga Fábrica de Casimiras Adamastor, no qual é possível observar a configuração dos elementos arquitetônicos. Fonte: Arquivo Histórico de Guarulhos.

É aprovada, em 13 de maio de 1947, um conjunto de quatro casas operárias na rua Bom Jesus, travessa da avenida Monteiro Lobato, em frente ao Adamastor. O memorial descritivo segue o mesmo padrão anterior, assinado pelo escritório Salvador C. Ugliara, cuja planta pode ser observada na figura 12.

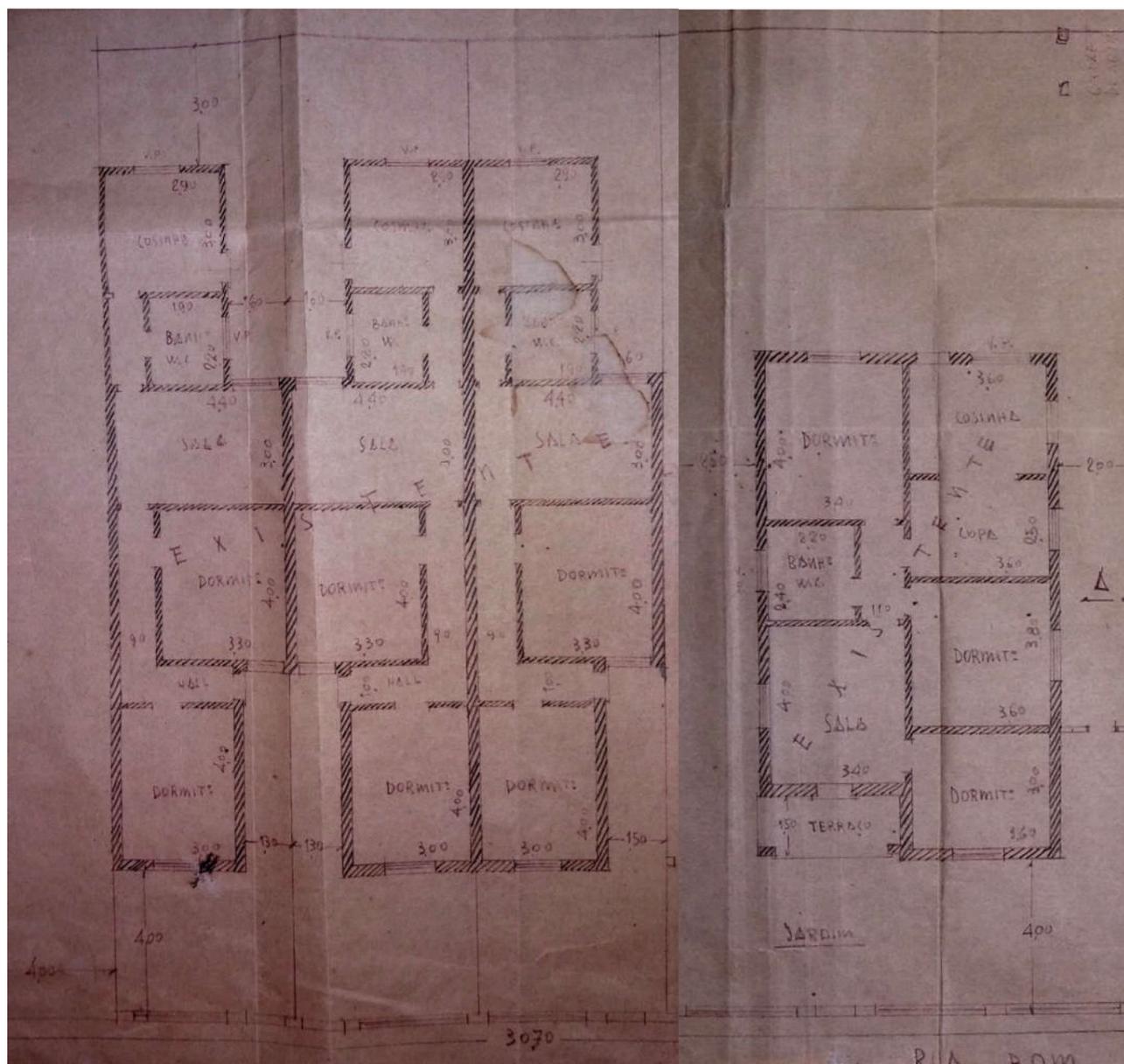


Figura 12. Foto do projeto, com o detalhe da planta. Fonte: (GUARULHOS, 1947).

A vila operária foi implantada em um lote de 50 m de frente, por 50 de fundos, ou seja, 2.500 m<sup>2</sup>, localizado a 60 m a partir da esquina com a avenida Monteiro Lobato, no lado esquerdo.

As casas foram idealizadas em estilo neocolonial, bastante presente na década de 1940, identificado pelos seus ornamentos, como as padieiras coroando as envasaduras das janelas, e a portada separando as três unidades geminadas com a casa isolada, figura 13. Exemplos deste estilo estão bastante presente em Guarulhos: em certa casa na rua Felício Marcondes e outra atrás do loteamento Anita Garibaldi, e em praticamente todas as edificações pertencentes à Base Aérea de São Paulo, em Cumbica.

A vila operária do Adamastor foi composta inicialmente por quatro casas, sendo três geminadas e uma isolada, com entrada comum nas duas primeiras unidades. As três geminadas possuíam dois dormitórios, sendo o do casal na parte frontal da edificação, como era de praxe na época, uma sala de estar, um sanitário e uma cozinha, figura 12.

A unidade isolada possuía três dormitórios, sala de estar, um sanitário, uma cozinha e uma copa. As quatro unidades eram de telhas de barro, com quatro águas, vedos compostos por tijolos maciços, com porão baixo e gateira, assoalhos de madeira assentados em barrotes, com exceção nas áreas molhadas, que possuíam ladrilhos, esquadrias de madeira (cedro e peroba), forro de estuque, de acordo com o Memorial Descritivo.

Dois anos depois, em 1949, nova solicitação de aprovação de projeto de mais quatro casas no mesmo lote, ampliando a vila operária. O projeto ficou a cargo do mesmo escritório, em terreno com área construída, desta vez, de 294,70 m<sup>2</sup>.

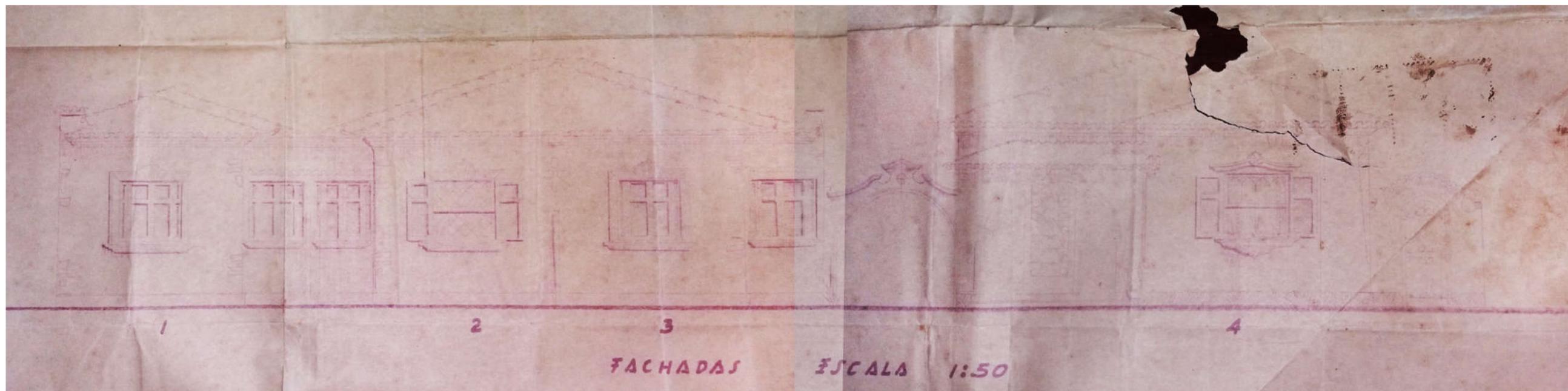


Figura 13. Foto do projeto, com o detalhe da fachada. Fonte: (GUARULHOS, 1947).

A ampliação da vila operária constituía-se de quatro casas geminadas, com entrada comum a cada duas unidades, dois dormitórios, sendo o do casal na parte frontal da edificação, uma sala de estar, um sanitário e uma cozinha, figura 14, com porão e assoalhos de madeira sobre barrotes nas áreas íntima e social, ladrilhos nas úmidas e forro de estuque. Possuía a mesma linguagem arquitetônica das fachadas, conforme figura 15.

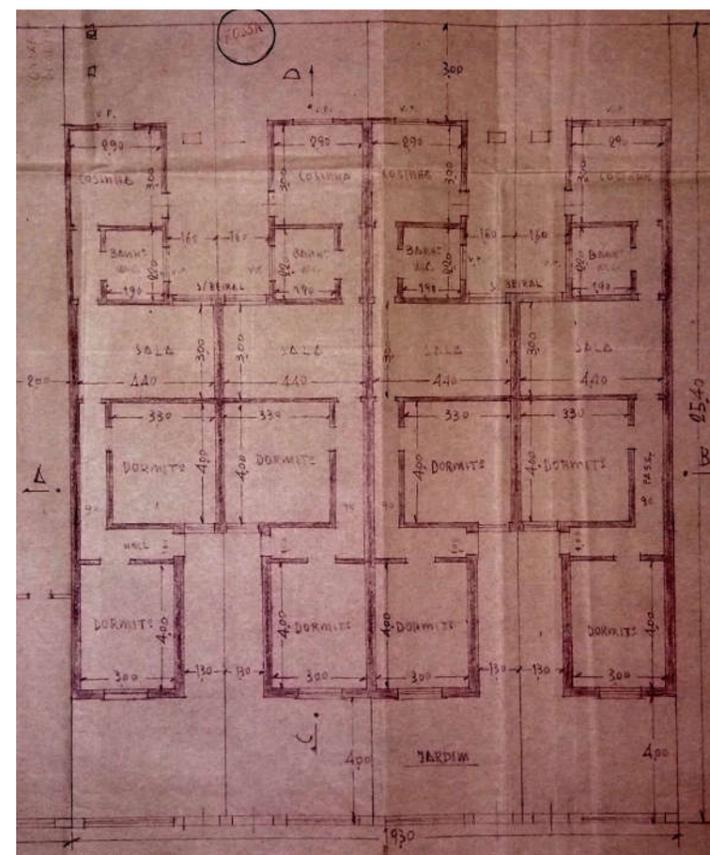


Figura 14. Foto do projeto, com o detalhe da planta. Fonte: (GUARULHOS, 1949).

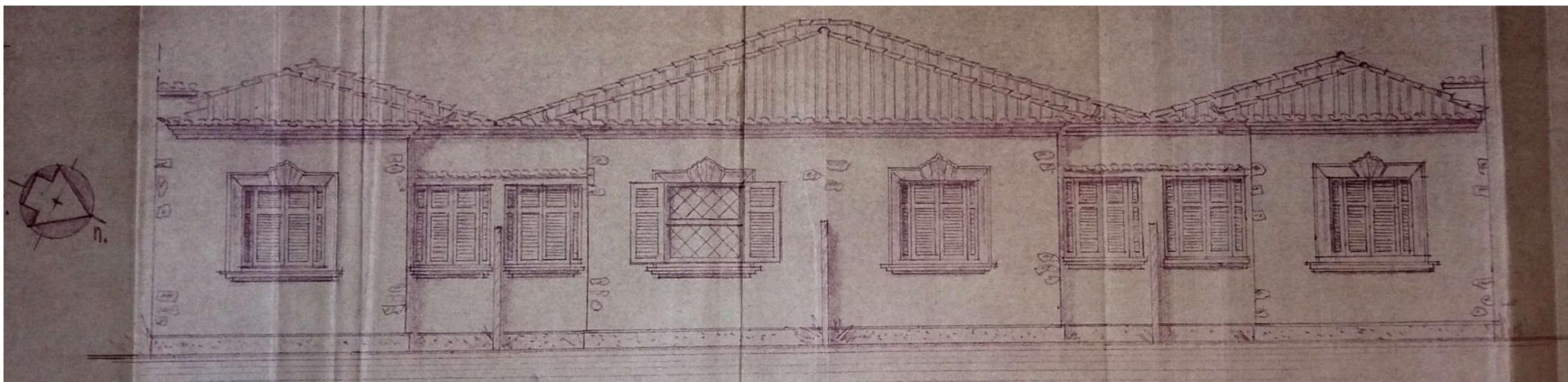


Figura 15. Foto do projeto, com o detalhe da fachada. Fonte: (GUARULHOS, 1949).

A vila operária era composta, por fim, por oito unidades residenciais, recuadas 4 m do alinhamento da rua, cercada de gradil ornamentado com volutas, figura 16, e com um quintal comum no fundo da gleba. A vila pode ser observada no mapa da figura 04. Remanescentes das residências podem ser observadas hoje, embora bastante descaracterizadas.

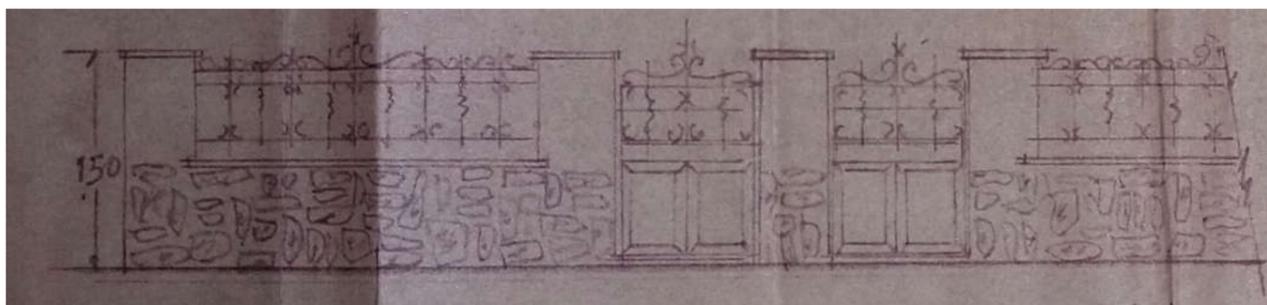


Figura 16. Foto do projeto, com detalhe da tipologia do gradil implantado no alinhamento do lote. Fonte: (GUARULHOS, 1949).

Em 1948, nova solicitação, desta vez para aprovação do projeto de construção de uma “casa de força”, ficando a cargo, igualmente, ao escritório Salvador C. Ugliara Projetos para Construção em Geral, constante no processo administrativo nº1078 do mesmo ano. Em seu memorial, entretanto, além de constar a descrição dos alicerces, camada isoladora dos alicerces, embasamento, porão, paredes, esquadrias, cobertura, assoalhos, forro, sarjeta, calhas e condutores, no item piso, consta: *da cosinha e W.C. banheiro ladrilhado e as paredes impermeabilizadas até a altura de 1,5 m*. Trata-se do bloco edificado no alinhamento da avenida Monteiro Lobato, figuras 08, na cor verde escuro, e 10 e 11, à direita, portanto, não foi edificada apenas a “casa de força”, mas para demais usos estabelecidos nesse bloco: *oficina mecânica, almoxarifado, casa de força e caseiro*, conforme figura 10.

A última intervenção realizada durante as atividades da indústria têxtil foi realizada no ano de 1958, cujo projeto e construção estiveram a cargo do escritório Luiz Faccini. Destinado às atividades de *tecelagem, engomaderia*, além de *sanitários*, figura 10, o novo galpão possuía 47 m de comprimento por 37,25 de largura, ou seja, 1750,75 m<sup>2</sup>, figura 17.

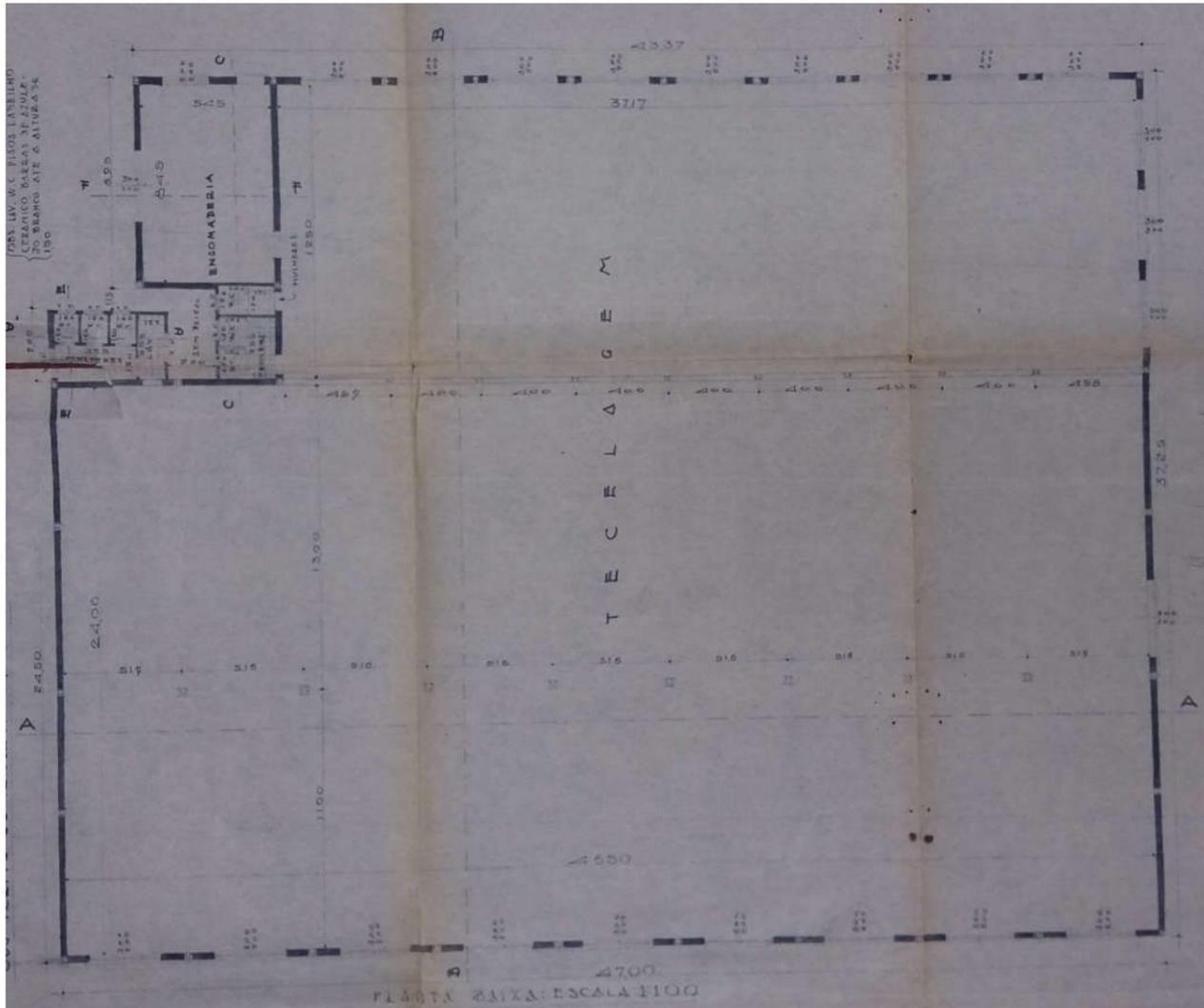


Figura 17. Foto do projeto com o detalhe da planta. Fonte: (Guarulhos, 1958).

O galpão foi implantado ao sul do bloco principal. Foi projetado o telhado composto de três módulos, tipo *shed*, com uma água cada, figura 18, executado com duas, entretanto, e telhas onduladas de amianto, conforme pode ser observada na foto da figura 11.

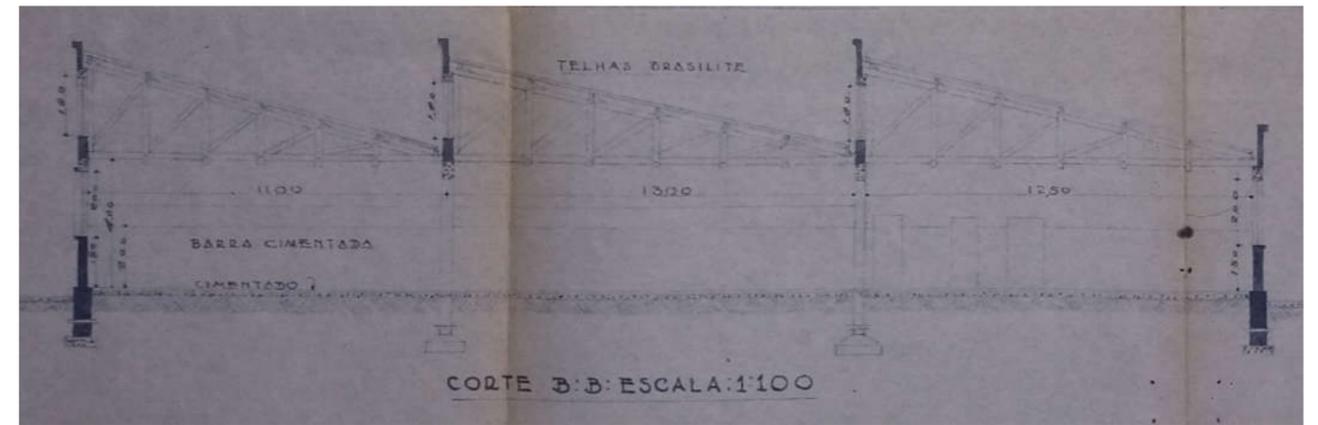


Figura 18. Foto do projeto com o detalhe do corte. Fonte: (GUARULHOS, 1958).

O alvará de funcionamento do galpão foi expedido pela prefeitura, mediante o processo nº 3154 de 02 de agosto de 1958.

Por fim, na década de 1980, foi construído um pequeno galpão no alinhamento da avenida Monteiro Lobato, destinado à venda de fios e armarinhos, figura 19.

Entre o fim de suas atividades industriais, os diferentes proprietários e a desapropriação, 1980 a 2003, a área total da gleba foi desmembrada, ficando o bloco principal e os loteiros à avenida Monteiro Lobato e o localizado a oeste do primeiro, separados do galpão construído em 1958, este último demolido em 2010, para a construção do anexo do Centro Municipal de Educação Adamastor.

Com a desapropriação, em 2003, foi demolida boa parte das edificações do complexo, com exceção da chaminé, dos galpões principais e do corpo perpendicular a oeste, figura 20. O corpo leste foi demolido e substituído por outra estrutura, de concreto armado, alvenaria de blocos de cimento e cobertura de treliças metálicas e telhas termo acústica, figura 21. A nova edificação possui praticamente a mesma dimensão, e abriga um teatro para 700 pessoas. Importante destacar que, com o decreto de tombamento de 2000, somente os elementos preservados na intervenção de 2003, descritos acima, são protegidos pelo instrumento legal.



Figura 19. Última edificação construída no complexo, na década de 1980. Fonte: Arquivo Histórico.



Figura 20. Foto da construção do teatro, 2003. Fonte: Vera Jursys, acervo do Arquivo Histórico.

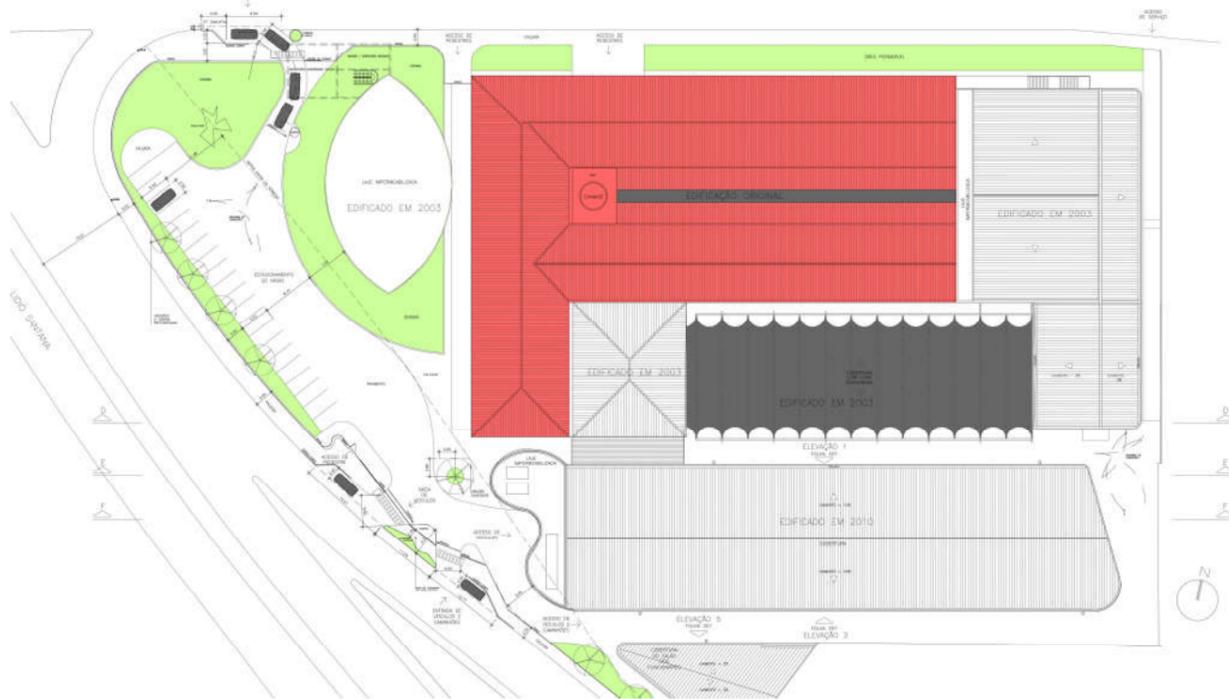


Figura 20. Planta evidenciando os corpos originais preservados e os que foram adicionados em 2003 e 2010. Fonte: Desenho desenvolvido a partir do levantamento realizado pelo escritório Ruy Ohtake.

As últimas alterações arquitetônicas na antiga Fábrica de Casimiras Adamastor foram realizadas, em 2003 e 2010, pelo escritório do arquiteto Ruy Ohtake que. Em 2003, além da restauração dos corpos originais e a construção do teatro, concebeu o prédio administrativo espelhado e em forma de elipse, figura 22.

No galpão original, no alinhamento da avenida, foram implantados sanitários, três salas de informática, um depósito e uma sala para a administração. No mezanino sobre as salas de administração foi instalada a biblioteca. No galpão paralelo e oposto ao primeiro, foram implantadas seis salas multiuso, com divisões móveis entre elas, ampliando os espaços até no máximo, três auditórios.

Entre os galpões, foi mantida a área de circulação, interação social e de exposição. No galpão, perpendicular e a oeste aos primeiros, foi implantado o salão de artes e a cinemateca.



Figura 22. Foto da construção do prédio em elipse. Fonte: Vera Jursys, acervo Arquivo Histórico.

Por fim, em 2010, em decorrência do aumento da demanda das atividades culturais e educacionais, foi desapropriado o lote atrás do bloco principal e construído uma área anexa, destinada a abrigar seis amplas salas, com divisões móveis entre elas. O projeto ficou, novamente, a cargo do arquiteto Ruy Ohtake.

## 6. Estado de geral conservação

De um modo geral, o Centro Municipal de Educação Adamastor está em excelente estado de conservação. É submetido a um constante processo de conservação, pois é um equipamento público de uso intenso, com diversas atividades culturais, além de abrigar sistematicamente cursos de formação em diferentes temáticas. Seus elementos arquitetônicos originais estão íntegros, especialmente os caixilhos basculantes, bem conservados e em pleno funcionamento.

## 7. Diretrizes para futuras e possíveis intervenções

No Brasil e em diversos países, as diretrizes para as intervenções em bens tombados carecem de normativas legais, em âmbito federal. De um modo geral, os procedimentos são embasados nos princípios encontrados na Carta de Atenas, 1964, e na Carta de Restauro, 1972, esse último, resultado das contribuições do italiano Cesare Brandi (1906-1988).

É comum legislações no Brasil no âmbito municipal, especialmente os códigos de obras, que estabelecem uma visão equivocada e até contraditória do conceito de preservação, conservação, consolidação e restauração.

Do ponto de vista conceitual, no Brasil, podemos destacar a portaria do IPHAN nº420/2010, em seu art. 3º:

VII – Restauração: serviços que tenham por objetivo restabelecer a unidade do bem cultural, respeitando sua concepção original, os valores de tombamento e seu processo histórico de intervenções. (BRASIL, 2010).

A portaria em questão, no entanto, destina-se a estabelecer procedimentos administrativos, nos pedidos de intervenção em bens tombados no IPHAN, e não para estabelecer procedimentos de intervenção física.

De qualquer maneira, a portaria reafirma a definição de restauração, baseada na Carta de Veneza, 1964, na qual:

Art. 9º O restauro é um processo que deve manter um caráter excepcional. O seu objetivo é a conservação e o destaque dos valores formais e históricos do monumento, e baseia-se no respeito pela substância artística, bem como na documentação autêntica. O restauro deve ser detido onde comecem as hipóteses: no plano da reconstrução conjectural, qualquer trabalho de complementação, reconhecido como indispensáveis por razões estéticas e técnicas, deve-se poder distinguir de um projeto arquitetônico e deve ser portador da assinatura da nossa época. (UNESCO, 1964).

A portaria 420/2010, ainda, em seu art. 5º, parágrafo primeiro, estabelece que qualquer tipo de intervenção física em um bem tombado, com exceção à manutenção, deve ter caráter de restauração:

§ 1º As intervenções caracterizadas como Reforma/Construção nova (inciso II), quando tiverem de ser realizadas em bens tombados individualmente, serão enquadradas na categoria Restauração (Inciso III). (BRASIL, 2010).

Na ocasião de falta de elementos arquitetônicos que descaracterizaram sua unidade, deve-se restabelecê-los com materiais distintos aos originais, conforme art. 12 da Carta de Veneza:

Art. 12. Os elementos destinados a substituírem as partes em falta devem integrar-se harmoniosamente no conjunto, no entanto, distinguindo-se das partes originais, para que o restauro não falsifique o monumento, e para que permaneçam respeitadas, quer a exigência estética, quer a histórica. (UNESCO, 1964).

E, ainda, a reconstrução plena, com materiais que não sejam os originais, mesmo que idênticos, não opera na qualidade de restauração. Ou seja, reconstrução, nessa situação, não é restauração, pois perde seu componente histórico e artístico, portanto, deixa de ser considerado um bem tombado, conforme art. 15 da Carta de Veneza:

Art. 15. [...] Deve ser excluída, *a priori*, qualquer trabalho de reconstrução, sendo apenas considerada aceitável a *anastilose*, ou seja, a recomposição das partes existentes, mas desmembradas. Os elementos de integração devem ser sempre reconhecíveis e limitados ao mínimo que seja necessário, para se garantir a conservação do monumento e para se restabelecer a continuidade das suas formas. (UNESCO, 1964).

Os princípios presentes na Carta de Veneza, 1964, foram ampliados pela Carta do Restauro, 1972, da qual subsidiou a legislação italiana e teve como seu principal idealizador Cesare Brandi:

Art. 4º [...] entende-se por restauração qualquer intervenção destinada a manter em funcionamento, a facilitar a leitura e a transmitir integralmente ao futuro as obras e os objetos definidos nos artigos precedentes. (ITÁLIA, 1972).

A Carta do Restauro, 1972, ainda, em seu anexo “b”, apresenta uma série de diretrizes para restauros arquitetônicos, como é o caso da antiga fábrica de Casimiras Adamastor, e que devem ser consideradas nas futuras intervenções, além da Carta de Atenas, 1964, e demais normativas do IPHAN.

Esse conjunto de diretrizes apresentados pode ser sintetizado nas palavras de Cesare Brandi,

[...] a restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço de passagem da obra de arte no tempo. Cesare Brandi (p.33, 2004).

Na busca de uma restauração que devolva a unidade potencial da obra (conceito de todo distinto de unidade estilística), não se deve com isso eliminar a veracidade do monumento, seja mediante uma falsificação artística ou de uma falsificação histórica. E, ainda:

[...] a integração deverá ser sempre e facilmente reconhecível; mas sem que por isto se venha a infringir a própria unidade que se visa a reconstruir [...] que qualquer intervenção de restauro não torne impossível, mas, antes, facilite as eventuais intervenções futuras. Brandi (p.47-48, 2004).

A restauração deve ser evitada ao máximo. Para tanto, é necessário que haja um processo de manutenção permanente. Uma das principais maneiras de garantir a preservação do bem tombado é lhe dar uso compatível com sua importância histórica e que não promova a aceleração de sua degradação física.

Antes, durante e depois da restauração é necessário o registro, descritivo/analítico e fotográfico de todo o processo.

Em futuras e possíveis intervenções futuras, deverão ser respeitadas, de um modo geral, três princípios básicos, de acordo com (KADLUCZKA ET AL., 2003):

**Princípio da intervenção mínima** – na aplicação técnica, mesmo que pouco invasiva e reversível, deve-se interromper um pouco antes da perfeição, evitando exceder-se ou exagerar-se;

**Princípio da reversibilidade** – intervir por adições ao invés de remoções. Cada adição é, efetivamente, removível, enquanto que o ato de remover é sempre irreversível;

**Princípio da compatibilidade mecânica, química e física** - o respeito pela compatibilidade entre materiais constituintes, originais, e os que forem adicionados por integração ou por reparação é uma condição que garante ao conjunto um comportamento homogêneo ao longo do tempo. Desta maneira, evitam-se as diferentes reações às solicitações decorrentes do ambiente e os consequentes fenômenos de deslocamento, de deslizamento diferencial, de

estados de coação e/ou de sobrecarga localizada. Nessa situação, podem acelerar o processo de degradação e condições de insegurança.

**Princípio da neutralidade espacial** – as ampliações da área construída para novos usos poderão ser realizadas desde que se respeite a volumetria da edificação histórica. Deve haver um diálogo estético entre o antigo e o contemporâneo de modo que o recente não se sobreponha nem concorra esteticamente e volumetricamente com o histórico. A inserção de elementos novos deve ter uma relação de continuidade histórica entre o passado e o presente. Essa relação pode e deve subsistir. E, ainda, segundo Roberto Pane: a inserção de novas edificações, em conformidade com a linguagem arquitetônica contemporânea, será necessária e desejável, desde que procure integrar-se harmonicamente com o conjunto, objetivando enriquecer o diálogo entre as manifestações artísticas de diferentes épocas.

**Princípio da compatibilização de novos usos com a importância do bem** – um possível novo uso deverá ser compatível com as características do patrimônio, não os convertendo como meros receptáculos para o novo, mas sim permitindo a permanência das qualidades que efetivamente o configuram como um bem cultural: seus atributos históricos, estéticos e memoriais. Portanto, a busca de um novo uso é um meio para buscar a preservação e não a finalidade da intervenção.

**Princípio da neutralidade espacial** – as ampliações da área construída para novos usos poderão ser realizadas desde que se respeite a volumetria da edificação histórica. Deve haver um diálogo estético entre o antigo e o contemporâneo de modo que o recente não se sobreponha nem concorra esteticamente e volumetricamente com o histórico. A inserção de elementos novos deve ter uma relação de continuidade histórica entre o passado e o presente. Essa relação pode e deve subsistir. E, ainda, segundo Roberto Pane: a inserção de novas edificações, em conformidade com a linguagem arquitetônica contemporânea, será necessária e desejável, desde que procure integrar-se harmonicamente com o conjunto, objetivando enriquecer o diálogo entre as manifestações artísticas de diferentes épocas.

**Princípio da compatibilização de novos usos com a importância do bem** – um possível novo uso deverá ser compatível com as características do patrimônio, não os convertendo como meros receptáculos para o novo, mas sim permitindo a permanência das qualidades que efetivamente o configuram como um bem cultural: seus atributos históricos, estéticos e memoriais. Portanto, a busca de um novo uso é um meio para buscar a preservação e não a finalidade da intervenção.

Esses princípios, diretrizes e concepções devem ser respeitados, considerando cada situação, com especial atenção.

## Referências

- BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- BRASIL. Instituto Brasileiro do Patrimônio Histórico e Artístico. *Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno*. Portaria nº 420/2010.
- GUARULHOS. Prefeitura Municipal. *Planta Topographica e arruamento do Parque Estrela da Cia. Melhoramentos de Guarulhos Ltda*. Guarulhos. Arquivo Histórico, 1926. 1 mapa, col. 1:1000. Guarulhos, 1926.
- \_\_\_\_\_. *Projeto de ampliação da Fábrica Adamastor*. Processo Administrativo nº 3154/1958.
- \_\_\_\_\_. *Solicitação de informação sobre a possibilidade de desapropriação para fins de utilidade pública de imóvel a av. Monteiro Lobato, 690*. Processo Administrativo nº 7.489/1999.
- \_\_\_\_\_. *Tombamento do Patrimônio Cultural*. Decreto Municipal nº 21.143, de 26 de dezembro de 2000.
- \_\_\_\_\_. *Declara de utilidade pública a antiga fábrica Adamastor*. Processo Administrativo nº 21.226/01.
- \_\_\_\_\_. *Criação do Centro Municipal de Educação Adamastor*. Decreto Municipal nº 22.284/03.
- IGG. Instituto Geográfico e Geológico. *Guarulhos*. Guarulhos. Arquivo Público do Estado de São Paulo, S/D. 1 mapa, col. 1:10.000. Guarulhos, S/D.
- ITÁLIA. Ministério de Instrução Pública da Itália. *Carta do Restauo*. Circular nº 117, 1972.
- KADLUCZKA, Andrzej, et al. *Fundamentação teórica do restauro*, 2003. Disponível em: <https://5cidade.files.wordpress.com/2008/04/fundamentacao-teorica-do-restauro.pdf>. Acessado em 01/08/2017.
- LAEMMERT, Almanak. *Anuário Commercial, Industrial, Profissional e Administrativo da Capital Federal e dos Estados Unidos do Brasil*. 2. Vol. – Estado de São Paulo, 1931.
- \_\_\_\_\_. *Anuário Commercial, Industrial, Profissional e Administrativo da Capital Federal e dos Estados Unidos do Brasil*. 2. Vol. – Estado de São Paulo, 1935.
- NORONHA. Adolfo de Vasconcelos. *Guarulhos cidade símbolo: 1560 – 1960*. Prefeitura Municipal de Guarulhos, 1960.
- OLIVEIRA, Elton Soares de. *Educação Patrimonial Guarulhos: História, Cultura e Meio Ambiente*. Prefeitura Municipal de Guarulhos. Secretaria Municipal de Educação. Revista de Educação. Ano 1. n. 5, 2012.
- UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauo de Monumentos e Sítios - Carta de Veneza*, 1964.
- VASP. *Levantamento Aerofotogramétrico executado pela VASP Aerofotogrametria S/A*. Prefeitura Municipal de Guarulhos, 1959. 1 mapa, col. 1:2.000. Guarulhos, 1958.